



A obra económica de Armando Castro

Autor(es): Bastien, Carlos

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/24793>

Accessed : 3-Oct-2022 02:12:41

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

VOLUME XLV
2 0 0 2



COIMBRA

A OBRA ECONÓMICA DE ARMANDO CASTRO

Carlos Bastien*

“As férias do Natal tinham acabado e Fernando regressara a Coimbra. (...).

Fernando sentia um mal estar enorme correndo os becos vesgos, as calçadas desmanteladas e torcidas. Sofria pela gente entocada nos prédios estreitos, tinha rancores íntimos, agitava-se todo numa revolta sentimental. No dia seguinte, contava aquelas coisas a Rafael. Queria saber donde vinham as monstruosidades do mundo, falava de Deus, pedia explicações. E o outro, pacientemente, abalava-lhe as convicções religiosas, falava da má distribuição da riqueza social, das classes dominantes, emprestava-lhe livros que Fernando lia atentamente, tentando compreender. Romances, vulgarização científica e filosófica, sociologia, folhetos de iniciação política. (...).

Insensivelmente, veio-lhe à memória uma conversa que tivera em tempos com Mariano Paulo. O amigo prevenira-o que em Corgos lhe chamavam comunista. Sabia lá o que era o comunismo nessa altura! Mesmo agora, ouvindo todos os dias Rafael, não sabia bem o que era. Fazia uma ideia, claro, e discordava até em determinados pontos. Sentimentalmente apenas. Mas no fundo, talvez estivesse ali a chave de tudo. “Restituir a dignidade ao homem, doutor...”, “luta de classes... revolução do proletariado”, “industrializar... exploração capitalista... mais-valia”, “Lenine disse... Staline aconte-

* Instituto Superior de Economia e Gestão — Gabinete de História Económica e Social

Rua Miguel Lupi, n.º 20 – 1249-078 Lisboa – Portugal
fax: +351-213925940 email: cbastien@esoterica.pt

ceu...”. A voz absorvente de Rafael! Raio de rapaz! Fitou-o pelo canto do olho e sorriu. Fosse como fosse, era preciso realmente sacudir o mundo. Comunismo ou coisa parecida, desde que a vida passasse a ser digna de ser vivida. Ao fim tudo estaria certo.”

(in Carlos de Oliveira, *A Alcateia*, Coimbra, 1944)

1. Introdução

A vasta obra de Armando Castro ocupa lugar de relevo na cultura científico-social portuguesa do século XX, mais precisamente do período que medeia entre os alvares da década de 40 e o início dos anos 90. Desenvolvida à luz de uma mundivisão marxista e em articulação com uma prática política militante, abarcou diversas áreas dos saberes sociais e produziu algum impacto na opinião pública ilustrada e progressista, e, numa certa fase, nos próprios meios universitários.

Não obstante, a avaliação pormenorizada do significado da contribuição científica e doutrinária deste autor continua em boa medida por realizar. Alguns aspectos biográficos relevantes, designadamente a recepção do marxismo pela geração coimbrã em que se integrava, foram referidos com algum pormenor (MADEIRA, 1996a e 1996b); os estudos e ensaios epistemológicos foram objecto de avaliação crítica recente (PIMENTA, 2000); a obra histórico-económica provocou referência descritiva no âmbito de uma caracterização genérica do campo historiográfico (MENDES, 1998); reflexões sobre o sentido geral da obra realizada foram tentadas em estudo breve e avulso (BASTIEN; CARDOSO, 2000) e em entrevistas com o próprio Armando Castro (ALMODOVAR; SILVA, 1990 e ainda MENDONÇA; BASTIEN; RIBEIRO, 1988); a obra económica foi objecto de referência parcelar (BASTIEN, 1989).

Aprofundar a análise desta última componente da biografia científica de Armando Castro, recorrendo a uma epistemologia dos saberes económicos tributária do seu próprio contributo científico, é o objectivo do presente estudo.

2. Militante político, cientista e professor

Armando Fernandes de Morais e Castro nasceu no Porto em 18 de Julho de 1918. Depois de completar ainda nesta cidade os estudos secundários, no Liceu Rodrigues de Freitas, rumou a Coimbra, em 1936, para ingressar na Faculdade de Direito. Aí se licenciou em direito em 1941 e em ciências político-económicas no ano imediato.

Integrando a geração universitária que viveu condicionada pela ascensão dos fascismos na Europa, pela tragédia espanhola e pela afirmação do socialismo na U.R.S.S., Armando Castro cedo iniciou um processo de radicalização ideológica que resultou na adopção do marxismo como horizonte doutrinário e teórico e numa intervenção política que teve como momentos marcantes a adesão ao Partido Comunista Português em 1938 e a candidatura a deputado pela Oposição Democrática em 1969.

Logo após terminar a licenciatura em direito passou a integrar, como bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, o centro de investigação económica dirigido pelo seu antigo professor de economia Teixeira Ribeiro. Terminada a bolsa em 1943, viu-se compelido a regressar ao Porto para durante décadas exercer a advocacia e o publicismo como modo de sobrevivência e como suporte da actividade que constituiu a sua verdadeira vocação e paixão: a investigação científica.

Armando Castro foi porventura de entre os intelectuais revolucionários da “geração de 39” (SOARES, 1947:

xiii) aquele que, recusando a via literária predominante, mais investiu na construção de um saber científico apoiado no paradigma marxista. Partindo de uma formação escolar de pouco préstimo para o que viriam a ser as linhas orientadoras da sua investigação, trabalhando longo tempo em rigoroso auto-didactismo, sem suporte universitário e com limitado acesso aos arquivos nacionais e às fontes bibliográficas estrangeiras, produziu uma extensa e variada obra no âmbito da economia, da história económica, da história do pensamento económico e da epistemologia, com apreciável originalidade no plano da construção teórica como no da investigação aplicada.

Embora recebendo um importante estímulo da literatura marxista a que foi tendo acesso irregular a partir do início dos anos 40 — terá sido um dos raros economistas portugueses a ler *O Capital* nesses anos —, revelou-se mais um pensador preocupado com a indagação do concreto português que um exegeta ou divulgador de Marx, cuja linguagem, aliás, nem sempre surgiu explícita nos seus textos. Essencialmente, buscou um caminho próprio — “Marx está presente numa teorização muito global” (in ALMODOVAR 1990: 23) —, sem nunca ceder à tentação da moda teórica nem tão pouco fazer escola.

A condição militante, coerentemente mantida ao longo da vida, não deixou naturalmente de influenciar a sua actividade enquanto cientista social e em particular a sua reflexão enquanto economista. No entanto, se a intervenção doutrinária não se afastou por regra dos termos da acção partidária em que se inscrevia, já a sua prática científica abriu caminho através da definição de temas, metodologias e modelos próprios sem concessões a eventuais interesses políticos conjunturais e sem jamais se converter em mera projecção ou suporte de discurso partidário que, de resto, também nunca lhe foi imposto.

A sua carreira de professor foi tardia e breve. Em 1941, imediatamente após o termo da licenciatura, não

conseguiu concretizar a sua pretensão de ingressar como assistente no corpo docente da faculdade em que se diplomara. Desde então e até à revolução de 25 de Abril de 1974 viu-se ainda impedido de ingressar na Faculdade de Engenharia do Porto, para onde concorreu a um lugar de professor extraordinário em 1945, e de integrar o próprio sistema de ensino superior privado, designadamente ao ver recusada autorização para leccionar uma disciplina de introdução às ciências humanas no Instituto Superior de Psicologia Aplicada em 1973. A sua acção docente nos anos da ditadura resumiu-se assim a algumas lições de economia portuguesa proferidas no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras a convite de uma equipa docente e à margem de qualquer vínculo formal com a instituição. Só após a revolução de 25 de Abril de 1974 é que Armado Castro pôde ingressar no sistema de ensino superior público, na Faculdade de Economia do Porto. Admitido então como professor catedrático teve pela primeira vez a oportunidade de realizar um ensino que se repartiu, entre outras disciplinas, pelas de economia portuguesa, história económica portuguesa e história do pensamento económico, e que, como é próprio da universidade, se apoiou numa longa experiência de investigação.

Esta sua condição de docente universitário projectou-se também no desempenho de diversos cargos dirigentes no âmbito daquela Faculdade, na fundação do respectivo grupo de ciências sociais e na orientação de duas teses de doutoramento (RIBEIRO, 1988 e BASTIEN, 1989).

Ainda que limitada na sua difusão pela colocação teórica à margem do *mainstream* académico — e por uma escrita nem sempre fácil de acompanhar —, a sua obra terá obtido nos anos em que exerceu funções docentes o seu mais largo impacto junto do público universitário e também do não-universitário. Em qualquer caso, Armando

Castro jamais deixou de participar nos mais variados foruns de difusão de saberes e de doutrinas, fossem eles a universidade, a imprensa, os congressos da oposição democrática, o 2º Congresso dos Economistas ou a Universidade Popular do Porto.

Jubilado em 1988, Armando Castro prosseguiu até meados dos anos 90, e como sempre havia feito, uma generosa e empenhada participação em diversos colóquios e conferências. Quando faleceu, em 16 de Junho de 1999, deixou atrás de si uma importante obra pedagógica mas sobretudo uma vastíssima obra científica e doutrinária repartida por várias dezenas de livros e por várias centenas de artigos, notas e crónicas em jornais e revistas, alguns dos quais reunidos em livro.

3. O economista

No início dos anos 40, quando Armando Castro publicou o seu primeiro estudo económico, a cena do pensamento económico teórico em Portugal era dominada pelas tentativas de construção de um corpo teórico corporativo susceptível de legitimar o corporativismo e de iluminar a intervenção do Estado Novo na vida económica. Pouco depois, no quadro de um processo mais vasto de recomposição da hegemonia, ocorreu uma reconfiguração do campo dos saberes económicos, a qual envolveu não só o aparecimento de novas e renovadas correntes do pensamento teórico e doutrinário como a definição de uma nova e duradoura dominância: a da síntese neoclássica-keynesiana.

A economia marxista, objecto apenas de referências sumárias e ocasionais por parte de intelectuais e militantes socialistas portugueses entre meados do século XIX e os anos da Segunda Guerra Mundial, afirmar-se-ia a partir

destes anos como corrente minoritária mas com presença sustentada no campo dos saberes económicos. Tal corrente teve na sua base a constituição de um primeiro grupo de economistas que encontrou no marxismo uma resposta à exigência de justiça social e um programa teórico. As suas expressões colectivas mais visíveis foram as publicações da efémera Comissão de Economistas do Movimento de Unidade Democrática e a regular publicação de artigos e notas nas páginas da pluralista *Revista de Economia*. O movimento operário, revigorado nos anos da Segunda Guerra Mundial, constituiu então o seu suporte social e político.

A biografia de Castro é de alguma forma a especificação da história colectiva destes intelectuais orgânicos, já que o seu estilo pessoal transportava os traços fundamentais do *habitus* do grupo. Assim uma grande preocupação com o esclarecimento das condições concretas da economia portuguesa — “Da necessidade de estudar os problemas concretos nacionais” (Soares, 1947: 99-102) foi justamente o mote que orientou a sua acção nos anos do pós-guerra — e uma interpretação cientista e determinista do legado de Marx — como tal valorizadora da ideia de uma economia política marxista como saber positivo — modelada pela recepção de Bukharin e de Stalin enquanto referências doutrinárias fundamentais, em detrimento das perspectivas historicistas que marcaram a intelectualidade marxista portuguesa da década anterior. Ainda assim, e ao arrepio do que sucedeu com a generalidade dos seus companheiros de percurso, Castro revelou nos últimos anos da sua actividade teorizante sensibilidade às contribuições do pensamento neo-marxista. Exemplifica-o a forma como recebeu a proposta de Immanuel Wallerstein de utilização do conceito de economia-mundo na análise económica e histórico-económica. Ainda que sem oportunidade de incorporar essa nova perspectiva no seu

esforço analítico, não deixou de com ela manter um diálogo crítico e de lhe reconhecer grande potencial, designadamente na abordagem da marcha da economia portuguesa moderna e contemporânea: “há uma contribuição positiva e uma perspectiva histórica que me parece relevante, em particular para a nossa realidade” (in MENDONÇA; BASTIEN; RIBEIRO, 1988: 104).

Não obstante a disponibilidade evidenciada para a inovação — autónoma ou por importação —, a obra de Armando Castro exhibe uma enorme constância de propósitos e de perspectivas teóricas fundamentais. Não há no seu desenvolvimento roturas profundas a demarcar conjunturas específicas, ainda que a ênfase posta numa ou noutra das áreas temáticas tenha variado ao longo do tempo. Os próprios estudos económicos tiveram particular expressão no período que vai de 1945 a 1952 — é nesses anos que se situam os mais inovadores —, mas eles repartem-se, ainda que desigualmente, pelas mais de cinco décadas em que esteve intelectualmente mais activo.

A variedade epistemológica dos seus textos económicos também não origina a demarcação de conjunturas específicas em correspondência com os vários tipos de reflexão em que se desdobra. Alguns desses textos são de natureza puramente teórica e abstracta, outros são estudos aplicados — em geral do concreto português —, outros ainda assumem feição essencialmente doutrinária, mas, mais uma vez, a generalidade dos tipos mencionados coexiste ao longo do tempo.

Assim, e mais que numa problemática sucessão de conjunturas, a obra económica de Armando Castro organiza-se em constelações temáticas, de forma que, na sequência dos textos que dão conta do essencial dos resultados da investigação produzida, se dispõem frequentemente textos menores visando sintetizar e divulgar os resultados antes obtidos.

3.1. *A economia teórica*

A obra económica teórica de Armando Castro surge associada, inclusivamente no plano formal, a uma continuada reflexão epistemológica e metodológica. Tratava-se, como o próprio Castro enunciou repetidamente, de “equipar todos nós com uma arma de observação crítica que permitirá acompanhar o labor de edificação da economia política” (CASTRO, 1964-80 vol. 6: 141). No entanto, ao privilegiar a epistemologia e a metodologia das ciências sociais numa perspectiva genérica em detrimento da economia *strictu sensu*, tal reflexão acabou por ter um alcance relativamente limitado entre os praticantes desta disciplina.

Restam assim, como tópicos fundamentais da sua obra económica teórica, a crítica da economia neoclássica e a teoria dos sistemas económicos.

3.1.1. *A crítica da economia neoclássica*

A afirmação da corrente marxista envolvia necessariamente a confrontação com a síntese teórica dominante e designadamente a crítica dos fundamentos da economia neoclássica. Coube justamente a Armando Castro protagonizar os momentos essenciais dessa crítica, a qual se centrou em dois tópicos: a crítica da teoria subjectiva do valor e a discussão da lei dos rendimentos decrescentes.

O primeiro tópico foi objecto de um ensaio no qual fixava as condições gerais que a teoria do valor deve satisfazer, em ordem a verificar o seu cumprimento ou incumprimento por parte da teoria subjectiva do valor. Afirmava então que, no plano qualitativo, uma teoria do valor “tem que esclarecer (...) a existência de classes com um papel definido na produção e distribuição (...), definindo simultaneamente a natureza dos fenómenos económicos (o que entronca ao cabo na observação de que a

economia é uma ciência social)” e que, no plano quantitativo, “a teoria do valor tem que fornecer uma medida quantitativa homogénea que não seja ela própria um valor porque senão nada se teria explicado.” (CASTRO, 1948: 140).

Confrontadas estas condições basilares com os dados do marginalismo subjectivo, concluía Armando Castro que este apenas fornecia uma análise atomista da sociedade insusceptível de permitir a compreensão das suas estruturas e do seu movimento, revelando-se assim teoricamente estéril. Acrescentava que “o princípio da utilidade marginal não fornece uma quantidade homogénea como medida do valor que permita confrontar os valores das mercadorias e adicioná-los; para esta concepção o confronto faz-se até no foro íntimo de cada indivíduo” (CASTRO, 1948: 147).

Esta argumentação conduzia à afirmação da superioridade da teoria do valor-trabalho, não só porque esta cumpria as condições definidas como permitia a passagem do princípio geral da determinação do valor de troca das mercadorias à explicação em concreto dos preços de mercado pelo “método da aproximações sucessivas” (ibidem: 141).

Esta formulação da teoria do valor-trabalho enquanto chave da explicação dos preços relativos e da distribuição do rendimento — mas também enquanto afirmação qualitativa acerca da natureza do problema económico — reflectia claramente a interpretação expressa por Maurice Dobb no seu *Political economy and capitalism*, de 1937. Nesta matéria, a visão de Armando Castro não era pois inteiramente original, mas não deixava de constituir um avanço nas perspectivas teóricas presentes na cena portuguesa.

Ao contrário do que sucedeu com a problemática da lei do valor, que não mereceu qualquer resposta específica por parte dos economistas ortodoxos, a lei dos rendimentos decrescentes foi objecto de uma das raras

controvérsias teóricas opondo economistas portugueses, no caso Armando Castro e Henrique de Barros.

Este último, porventura o primeiro verdadeiro economista marginalista português, sustentou repetidamente ao longo da sua obra a ideia de que “a validade teórica e genérica da lei dos acréscimos decrescentes de rendimento afigura-se comprovada (...), justifica-a o simples senso comum” (BARROS, 1950: 76).

Pelo seu lado, Armando Castro não deixou de reconhecer a centralidade desta lei na construção neoclássica — “os autores modernos e Marshall generalizaram a lei aplicando-a a todos os sectores produtivos e analisaram algumas das suas limitações (é o caso das economias externas de Marshall), permeando toda a teoria do equilíbrio económico do princípio do rendimento decrescente, admitindo rendimentos crescentes como um caso excepcional que não infirmaria a lei” (CASTRO, 1948: 90) — mas sujeitou-a à crítica teórica.

A sua perspectiva, que também neste ponto acompanhou Dobb, sublinhava o carácter estático de tal lei — ou “pseudo-lei”, como também se lhe referiu (CASTRO, 1945: 129) —, notando que ela pressupunha a inexistência de progressos técnicos na produção, em contradição com os dados fundamentais da economia moderna: “É na verdade um absurdo falar em lei do rendimento decrescente da terra pela inversão sucessiva de doses de capital e trabalho. Na economia real, como é evidente, a inversão de novas doses de capital e trabalho implica que essa inversão se faz historicamente, se efectua para uma técnica que progrediu: utilizam-se maquinismos mais perfeitos, novos sistemas de cultivo da terra, de tratamento, selecção e reprodução de gados, de transportes, etc.” (CASTRO, 1945: 128).

Assim, Castro via na referida lei uma hipótese metodológica de pouco significado prático, já que apenas a

considerava sustentável em condições especiais no âmbito da microeconomia. O significado que lhe atribuía era sobretudo o de proporcionar uma explicação naturalista em detrimento de uma aproximação eminentemente histórica e social “de muitas deficiências e perturbações do sistema económico” (CASTRO, 1948: 90) e, em particular, do atraso da economia portuguesa.

3.1.2. A teoria dos sistemas económicos

Procurando as raízes do capitalismo moderno em Portugal — e consciente que os avanços da historiografia económica eram cruciais para o enriquecimento da teoria económica — Armando Castro foi conduzido, pela dinâmica interna da sua própria pesquisa, ao estudo da economia portuguesa medieval.

Consciente da inexistência de instrumentos conceituais susceptíveis de permitir uma leitura rigorosa dos vestígios e testemunhos desse passado, propôs-se construir um modelo abstracto — um “nódulo central a utilizar como ponto de partida a fim de inteligir o nosso passado a um nível teórico” (CASTRO, 1987: 16) — apto a fundamentar tal leitura. Dando continuidade à *démarche* de Marx, centrada, como se sabe, na construção de uma teoria económica do modo de produção capitalista, Armando Castro procurou construir um modelo das leis básicas de organização, funcionamento e reprodução do modo de produção feudal.

Desenvolvido ao longo dos anos 50 e 60, tal modelo surgiu na sua formulação mais elaborada no âmbito de um estudo que contém ainda uma extensa digressão epistemológica e, sobretudo, uma descrição detalhada da formação económico-social portuguesa dos séculos XII a XV, a qual constitui a referência empírica da construção teórica proposta (CASTRO, 1964-80, vols. 7 a 9 em especial).

Seguindo um método de exposição directamente inspirado em *O Capital*, Armando Castro formula um conjunto concatenado e hierarquizado de categorias e de leis relativas ao modo de produção feudal. O domínio senhorial, entendido como “monopólio da terra e das forças naturais a ela associadas acompanhada do monopólio total de alguns meios materiais de produção mais importantes e da posse parcial doutros” (ibidem, vol. 7: 364), assume a posição de categoria mais geral da construção teórica, seguindo-se-lhe a dilucidação das outras categorias que integram também aquela totalidade orgânica, designadamente as de renda, de coerção extra-económica, as que reflectem a situação das forças produtivas, as relativas às diversas classes sociais, e outras. Segue-se a exposição das leis que expressam as conexões necessárias entre aquelas categorias, distinguindo Armando Castro entre a lei da renda feudal — “a lei fundamental da formação socio-económica em que viveram os nossos antepassados” (ibidem, vol. 7: 367) — e as restantes leis, agrupando uma e outras em dois conjuntos: o das que regulam as condições de funcionamento deste modo de produção e o das que regulam as condições da sua evolução no longo prazo. À parte ficavam as leis relativas à escravatura e às práticas comerciais e financeiras proto-capitalistas, as quais, por não se referirem já às categorias puras do modo de produção feudal, eram apenas consideradas quando a análise atingia um maior nível de concretização.

Apesar do enorme investimento realizado por Armando Castro nesta tentativa de historicização da ciência económica e da originalidade e riqueza da construção teórica alcançada, o impacto dos resultados obtidos foi modesto. A academia portuguesa optou por silenciar o que tomou por expressão de um pensamento heterodoxo e o acesso às comunidades científicas de além fronteiras,

separadas pela barreira linguística, entre outros possíveis obstáculos, revelou-se quase inultrapassável. Não só os projectos de investigação de problemáticas teóricas afins não referiram o seu contributo — designadamente o protagonizado por Guy Bois (BOIS, 1976) — como a generalidade dos textos que avaliaram os desenvolvimentos analíticos do pensamento marxista a respeito da economia e da “sociedade feudal” (BOTTOMORE, 1985: 166-171) o ignoraram.

Noutro momento (tardio) da sua obra, Armando Castro propôs-se também “enunciar e explicitar as leis mais gerais do modo de produção capitalista” (CASTRO, 1983: 13), mas os resultados a que chegou neste campo revelam menor profundidade e sobretudo menor originalidade que os acima referidos.

O seu *insight* teórico está condensado num manual de ensino de economia política marxista, o primeiro publicado por um autor português. Porventura por se tratar de um texto de nível elementar, a visão nele expressa revela-se tão rigidamente apegada à letra de *O Capital* e às formas pedagógicas características dos textos de divulgação económica do “marxismo soviético” (CHAMBRE, 1974) quanto desvalorizadora das controvérsias e desenvolvimentos analíticos que marcaram o desenvolvimento da tradição teórica marxista ao longo do século XX. São particularmente representativas desta atitude a apresentação da lei da pauperização absoluta da classe trabalhadora como tendência histórica geral, a apresentação da lei da queda tendencial da taxa de lucro como “contradição imanente ao capitalismo” (CASTRO, 1983: 169) e ainda a tese acerca da existência de uma crise geral do capitalismo, sumariamente afirmada como “agudização crescente [das contradições antagónicas] que acompanham o sistema na sua fase monopolista sensivelmente desde cerca dos finais da Primeira Guerra Mundial” (ibidem: 197).

Não obstante, a sua abordagem da teoria do modo de produção capitalista não deixou de retomar as vias de uma reflexão original, ainda que sumária, designadamente ao questionar a noção de Capitalismo Monopolista de Estado — estruturante do discurso estratégico partidário — ou ao propor a de “Capitalismo de Estado para o monopolismo” (in MENDONÇA; BASTIEN; RIBEIRO, 1988: 102). Chegou a anunciar uma contribuição para a “teoria do capitalismo monopolista actual e das suas crises contemporâneas” (CASTRO, 1986: 98), mas tal esforço teorizante já não pôde ser realizado.

3.2. *A economia aplicada*

A obra de Armando Castro compreende um número significativo de estudos sobre a economia portuguesa. Tais estudos assumiram por vezes uma feição predominantemente descritiva — é caso dos que dedicou ao colonialismo português (CASTRO, 1978a) ou à economia mundial contemporânea (CASTRO, 1986) — mas a abordagem do concreto português que protagonizou privilegiou a perspectiva da economia aplicada.

Como não raro sublinhou, a “economia aplicada não é inteiramente concretista, é também teoria na dupla dimensão de ser uma interpretação de acordo com os parâmetros teóricos e, ao mesmo tempo, ser fecundante em relação ao progresso da teoria económica fundamental” (in MENDONÇA; BASTIEN; RIBEIRO, 1988: 97).

Com esta perspectiva debruçou-se sobre múltiplos tópicos, assumindo particular relevo as investigações que realizou acerca da questão agrária e da modernização da economia portuguesa.

3.2.1. A questão agrária

Descontados os estudos sobre períodos históricos pretéritos, o essencial da reflexão de Armando Castro sobre a questão agrária ocorreu no período final da Segunda Guerra Mundial. Procurando então inovar num campo dominado pelas descrições sem dimensão teórica e pelas reafirmações de preconceitos relativos à vida rural, propôs uma leitura original — a primeira realizada à luz do marxismo — deste importante sector da vida económica nacional.

Numa análise teoricamente fundada da situação da agricultura portuguesa da primeira metade do século XX, Armando Castro procurou sobretudo indagar o peso desse sector no conjunto da economia nacional, avaliar o nível e o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas que o compunham e esclarecer o *modus operandi* das leis de evolução do capitalismo agrário nesse contexto particular.

Relativamente ao primeiro tópico, procurou fundamentar a afirmação de que Portugal é uma nação que “vive predominantemente da actividade produtiva dirigida à obtenção de produtos do solo” (CASTRO, 1945: 15), invocando a elevada proporção da população activa do campo relativamente à população activa do sector industrial. Já quanto ao segundo tópico pôde apresentar alguns dados comparativos sobre os rendimentos unitários de diversas culturas, fundamentando a ideia que “a nossa agricultura tem passado por uma fase de progresso na técnica de cultivo embora de projecção muito limitada” (CASTRO, 1945:118).

Noutro momento, apresentou alguns dados relativos à estrutura da população activa no campo em ordem a determinar o grau de penetração das relações de produção capitalistas no campo e a verificar a tendência para a proletarianização do campesinato. Como indicador indirecto

daquele grau socorreu-se fundamentalmente de uma avaliação do peso do auto-consumo, já que considerava que o “grau de comercialização é um índice de estruturação em moldes capitalistas da produção agrária” (CASTRO, 1952: 233), e como indicador da lei tendencial de proletarização do campesinato considerou a informação estatística disponível acerca do número de assalariados e do seu peso no conjunto da população activa agrícola. O sentido fundamental das suas conclusões era o de que o elevado nível de auto-consumo permitia uma relativa estabilização do sector camponês — ainda que à custa da manutenção dos baixos níveis de vida —, retardando significativamente a tendência para a proletarização. Por esta razão, mas também pela crescente pulverização da propriedade no norte do país, considerava Armando Castro que aquela tendência não era “rectilínea” (CASTRO, 1945: 22).

Quanto à intensidade dos processos de concentração agrária — outro dos tópicos que procurou esclarecer com algum detalhe —, sublinhou a existência de duas tendências divergentes: pulverização progressiva da propriedade e da exploração agrária no norte e centro do país — fenómeno que em sua opinião também contribuía poderosamente para o mencionado atraso da proletarização — e desenvolvimento das grandes empresas [no sul]” (idem: 23).

Por fim, debruçou-se sobre a questão da eventual superioridade da grande exploração agrícola relativamente à de pequena dimensão, concluindo, não obstante a evidente dificuldade de demonstração numérica, que “a grande empresa economiza nos instrumentos e animais de trabalho utilizados, pode empregar em maior escala maquinismos (...). O crédito, como se compreende, é conseguido igualmente com muito maior facilidade pelo grande produtor do campo (...). Além destas vantagens técnicas e económicas há uma outra (...) a possibilidade de empregar técnicos relativamente dispendiosos mas úteis que lhe

vão facultar uma superioridade adicional sobre o pequeno produtor do campo” (CASTRO, 1945: 59).

Conforme o próprio autor reconheceu, algumas das conclusões assumidas surgiam fragilizadas pela insuficiência e pouca fiabilidade dos dados estatísticos em que assentavam. A análise da concentração da propriedade e da proletarização parecem ser as mais problemáticas. Álvaro Cunhal, por exemplo, considerou “manifestamente incorrecta” (CUNHAL, 1976, II: 248) a afirmação de uma tendência para a fragmentação da propriedade a partir dos dados sobre a evolução do número de prédios rústicos, contestou a avaliação da tendência para a liquidação do campesinato (argumentando que Armando Castro subavaliava as migrações internas) e ainda a forma como desvalorizava o significado histórico de fenómeno da semiproletarização.

Em qualquer caso, os fundamentos teóricos da análise eram sólidos. Armando Castro conhecia bem os textos que mais influenciaram a abordagem marxista da questão agrária e essa circunstância não deixou de se reflectir nos seus trabalhos. *A questão agrária* de Karl Kautsky — um prolongamento de *O Capital* aos problemas específicos da agricultura —, não obstante não ser objecto de citação formal inspirou passagens importantes da sua investigação, designadamente as relativas à superioridade da grande empresa e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lenin, forneceu, com os seus poderosos e originais *insights* sobre a evolução do sector agrário, um modelo genérico atractivo e original de análise.

3.2.2. A modernização capitalista

A análise do crescimento económico moderno em Portugal foi outra das linhas de força da obra económica de Armando Castro. O seu momento fundador, no qual

combinou admiravelmente história e teoria, foi o estudo que dedicou ao processo de revolução industrial, ou talvez apenas ao ténue processo de crescimento económico moderno que Portugal viveu no decurso do século XIX (CASTRO, 1947).

As linhas orientadoras do estudo sobre a agricultura nacional eram agora retomadas e desenvolvidas numa perspectiva cronológica e sectorialmente mais vasta e sobretudo num quadro de maior rigor e riqueza informativa. Tratava-se de aplicar de forma sistemática a teoria do modo de produção capitalista exposta por Marx em *O Capital* à formação social portuguesa globalmente considerada, em ordem a detectar as linhas de força daquele processo.

Utilizando as categorias puras desse modo de produção e desvalorizando as estruturas residuais, Armando Castro procedeu à descrição parcialmente quantificada dos aspectos imediatos da economia portuguesa entre meados do século XIX e os primeiros anos do presente século, procurando no mesmo passo dar conta da interligação activa entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. A sua análise contempla em especial a avaliação dos progressos técnicos realizados no sector industrial, destacando o impacto da aplicação da energia vapor nos surtos industriais de 1840 e de 1880, os progressos da agricultura, da rede de transportes e do sistema de crédito e, bem assim, a emergência das crises de sobreprodução, a supressão das formas pré-capitalistas ainda presentes naquele período e a universalização do mercado como forma de regulação da actividade económica.

Os dados mais inovadores são no entanto a análise das transformações sociais, em particular do processo de proletarianização e a caracterização da estrutura e das condições de vida da classe trabalhadora — inspiradas por certo nos estudos de Engels sobre *A situação da classe*

trabalhadora em Inglaterra mas também em boa medida nos estudos de história social de J. Kunczynki, que pontualmente cita —, e sobretudo as referências à dependência externa. Não porque a análise deste último ponto seja muito aprofundada — Castro corroborava explicitamente a opinião de Marx de que “o país mais desenvolvido industrialmente não faz senão mostrar ao menos desenvolvido a imagem do seu próprio futuro” (CASTRO, 1945, 14) — mas antes porque ela acaba por desempenhar um papel crucial na explicação avançada para o fraco nível de desenvolvimento da economia portuguesa e para a especificidade da respectiva revolução industrial: “os maiores entraves ao nosso desenvolvimento económico-social têm de se ir buscar ao carácter semicolonial da vida económica nacional revelado pelo domínio de amplos sectores da vida nacional por parte do estrangeiro” (CASTRO, 1947: 66).

Esta linha de investigação prosseguiu noutros momentos em escritos menos inovadores e ousados, designadamente no que dedicou à economia portuguesa do primeiro quartel do século actual, no qual se propôs prolongar o “exame do nível de desenvolvimento técnico-económico português” (CASTRO, 1973: 47) e aperfeiçoar a “teoria estrutural e dinâmica da nossa formação sócio económica” (idem: 24).

No entanto, foi sobretudo em observações dispersas por escritos breves que apresentou novas hipóteses explicativas do atraso português. Uma delas, formulada pela primeira vez de forma explícita num texto sobre a situação da indústria portuguesa (CASTRO, 1949), mas depois diversas vezes reafirmada, consistia na ideia de que o fraco nível de desenvolvimento da economia portuguesa se devia à escassez crónica da procura agregada. Apesar de nunca se ter interessado particularmente pela teoria das crises económicas, Armando Castro descrevia uma

situação típica de crise cíclica de realização mas conferia-lhe o carácter de fenómeno permanente. É possível que a sua então recente leitura da *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, de Paul Sweezy, tenha de alguma forma inspirado esta nova aproximação à problemática do atraso económico português. Em qualquer caso, e reportando-se à “crise económica que atravessamos hoje”, Armando Castro não deixou de apontar “a contradição estrutural que se choca com a dinâmica do sistema no momento da realização do lucro, a qual exige uma certa expansão do consumo” (CASTRO, 1978b: 8).

Considerado o conjunto dos seus estudos de economia aplicada, o que dedicou à economia portuguesa do século XIX foi sem dúvida o que obteve maior impacto, sendo até hoje citação obrigatória para quem se ocupe da economia portuguesa daquele período. Foi aí que inovou na avaliação do significado da dependência externa no atraso económico português, na descrição da situação das classes trabalhadoras e na caracterização dos lentos avanços da indústria moderna e foi aí que originalmente aplicou conferiu à investigação histórico-económica um suporte teórico que de todo não tinha até então. Se esse suporte teórico deveria limitar-se (quase) exclusivamente às categorias puras do modo de produção capitalista é questão que ficou em suspenso.

3.3. A doutrina económica

A componente doutrinal da obra de Armando Castro foi significativamente menor e menos original que a componente propriamente científica, não obstante se apoiar nesta última.

Sem jamais se empenhar profundamente na reflexão ou na elaboração de grandes sínteses doutrinárias, Armando

Castro procurou ainda assim dar expressão a uma doutrina humanista — “um humanismo não-abstracto que tem em conta as condições objectivas que propiciam ou entravam o seu florescimento” (CASTRO, 1969: 65) — a qual assumia expressão privilegiada num projecto concreto de reforma da sociedade que, no limite, se identificava com o socialismo.

Essa sua adesão a este ideal social, desde logo enunciado numa forma crítica no seu primeiro escrito económico — “a economia-plano que é igual à administração local popular mais a electrificação de todo o país” (MORAIS, 1940: 21) —, acarretava o empenhamento na realização de objectivos mais imediatos e de menor alcance transformador, tal qual surgiam plasmados nas posições programáticas do Partido Comunista Português. Enquanto intelectual politicamente comprometido, Armando Castro procurou difundir tais objectivos — pelo menos tanto quanto isso era possível em textos de circulação legal — e contribuir, ainda que de modo fragmentário, para a sua fundamentação económica, indicando as possibilidades e o sentido da sua realização em escritos breves e tendencialmente acessíveis à base popular.

As suas primeiras intervenções de índole doutrinária revelam adesão a um desenvolvimentismo algo mecanicista, já que nelas toma o progresso tecnológico como factor imediatamente viabilizador das almejadas transformações sociais: “a energia eléctrica veio acelerar as leis do desenvolvimento da vida que trabalham dentro do sistema histórico aprofundando as suas contradições internas; o aproveitamento da electricidade é o traço característico da segunda revolução industrial que se realizou pelos fins do século passado e que, abrindo formidáveis possibilidades ao progresso, apressou a criação das condições concretas para a passagem à fase histórica subsequente.” (idem: 20).

No entanto, em momentos posteriores procurou fixar mais rigorosamente as condições conducentes ao acelerar do ritmo de crescimento da economia portuguesa, designadamente ao esboçar algumas orientações genéricas para a política económica. Entre essas orientações figuravam reiteradamente o apelo a uma política de elevação dos salários, de forma a melhorar o padrão de vida de boa parte da população portuguesa e simultaneamente a promover um alargamento do mercado interno necessário ao crescimento das actividades industriais.

Outra linha de orientação repetidamente enunciada nos seus breves escritos de doutrina e de política económicas, aliás não desligada da anterior, apontava a necessidade de transformação no sector agrário em ordem a promover “o desenvolvimento proporcional, equilibrado e sincrónico entre agricultura e indústria” e a criar, também por essa via, “um mercado interno expansivo necessário ao crescimento da produção industrial” (CASTRO, 1957: 30). Contudo, os termos de tal transformação nunca foram enunciados de forma muito clara a não ser em episódicas referências à reforma agrária nos escritos posteriores à revolução democrática do 25 de Abril de 1974 (CASTRO, 1975).

A industrialização, bloqueada pelo sempre adiado alargamento do mercado interno, deveria a seu ver assentar na “criação de grandes unidades industriais” sujeitas a processo de “integração vertical” (CASTRO, 1960: 6), em algumas medidas coadjuvantes, pontualmente referidas como consistindo “no fomento do cooperativismo, dos investimentos públicos e do crédito” (idem: 7), num “estender do âmbito geográfico do nosso comércio externo” (idem: 6) e na adopção de finanças públicas activas: “a política fiscal de um país subdesenvolvido tem que se actuante, quer dizer, tem que ser utilizada como uma coadjuvante do crescimento económico contribuindo para acelerar o

mecanismo poupança – investimentos rendimentos, tendo em vista a elevação da estrutura produtiva” (CASTRO, 1957: 32).

As condições fundamentais de realização deste programa industrializante eram o desmantelamento da estrutura corporativa — “o caminho para a industrialização (...) não pode ser levado a cabo com êxito através da criação e defesa particular de um escasso número de grandes unidades industriais eficientes devido a uma posição oligopolista de base artificial” (CASTRO, 1960: 5) — e a elaboração de um “plano de desenvolvimento coordenado dentro da ordem político-jurídica democraticamente estabelecida” (CASTRO, 1957: 31). A formulação clara da ideia de “nacionalização dos sectores chave da actividade industrial” (CASTRO, 1975: 9), por forma a constituir-se um sector público apto a servir de base à democratização da vida económica portuguesa e à passagem ao socialismo, já só surgiria nos escritos do período revolucionário. Em todo o caso, é claro que a ideia de industrialização constituiu desde sempre um papel nuclear no discurso doutrinário de Armando Castro, designadamente porque tal processo era pensado como potenciador das condições objectivas de ultrapassagem do capitalismo.

4. Notas conclusivas

O principal resultado da extensa e variada obra económica de Armando Castro foi o potenciar da cultura económica marxista em Portugal ao longo de cinco décadas.

Assumindo em diversos casos problemáticas originais, revelando um espírito crítico que não se confundia com politização do saber teórico e denotando um controlo dos instrumentos conceptuais do marxismo que não

resultava de mera colagem de ideias absorvidas em textos de divulgação, a obra de Armando Castro foi muito além do simples “marxismo-leninismo esclerosado do meio intelectual” (REIS, 1979: 20) que alguns críticos apressados entreviram. Foi sobretudo uma obra que nas suas problemáticas específicas e no seu estilo próprio deu expressão aos quatro traços característicos do pensamento económico heterodoxo: ênfase no realismo, incorporação da história na análise, consideração dos seres humanos como seres sociais e tratamento da problemática da distribuição do rendimento em termos de luta de classes (ARESTIS; SAWYER, 1992).

O afastamento compulsivo da universidade a que foi forçado e os múltiplos entraves à difusão do pensamento marxista em Portugal até ao 25 de Abril limitaram significativamente o impacto potencial da sua obra, não obstante a receptividade revelada por uma minoria militante autodidata e pela juventude estudantil radicalizada que sobretudo nos anos 60 e 70 viu no marxismo a racionalização da sua recusa do ‘capitalismo real’. A contribuição de Armando Castro foi por isso relevante ainda quando a clareza das suas opções ideológicas levou os académicos seus contemporâneos a ignorá-la.

Após 1974, com a liberdade instaurada e com o crescimento do interesse do público leitor por problemáticas económicas, a obra deste autor teve uma nova oportunidade de difusão, designadamente no meio universitário. No entanto, após o breve período revolucionário em que o marxismo constituiu o horizonte de referência das transformações ocorridas na sociedade portuguesa, a reafirmação da ortodoxia económica académica em torno do cânone neoclássico e a conseqüente marginalização dos paradigmas heterodoxos condenaram-na a um esquecimento tendencial. A progressiva obsolescência da própria obra foi também causa desse processo. Depois dos

inovadores estudos económicos dos primeiros anos, as duas décadas dedicadas à história e à teoria da feudalidade — e bem assim as extensas incursões no terreno da epistemologia — acarretaram, não obstante o alcançar de resultados originais também nesses campos, uma perda de contacto com a linha da frente do pensamento económico marxista e não-marxista, uma menor atenção às contribuições e debates em curso no campo da teoria económica, uma progressiva perda de profundidade analítica em favor do texto circunstancial. As suas incursões na problemática da inflação em Portugal (CASTRO, 1970) são disso exemplo.

Em qualquer caso, a influência que a sua reflexão científica e doutrinária exerceu sobre a política económica foi por certo muito reduzida. O seu posicionamento político retirava sentido à hipótese de os seus pontos de vista poderem ecoar nas instâncias decisórias na época do Estado Novo. Por outro lado, e porque nunca integrou o núcleo dirigente no seu próprio partido, poucas possibilidades terá tido de influenciar as suas tomadas de posição em matéria de análise, de doutrina ou de política económicas.

Referências bibliográficas

- ALMODOVAR, ANTÓNIO; SILVA, A. SANTOS, 1990, *Entrevista ao Prof. Armando Castro*, in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 8/9.
- ARESTIS, PHILIP; SAWYER, MALCOLM, 1992, *A biographical dictionary of dissenting economists*, Aldershot, Edward Elgar.
- BARROS, HENRIQUE DE, 1950, *Economia Agrária*, vol. 2, Lisboa, Sá da Costa.
- BASTIEN, CARLOS, 1989, *Para a História das Ideias Económicas no Portugal Contemporâneo – a crise dos anos 1945-1954*, Lisboa, ISEG. (policopiado).
- BASTIEN, CARLOS; CARDOSO, JOSÉ LUÍS, 1999, *Em memória de Armando Castro (1918-1999)*, in *Ler História*, nº 37.
- BOIS, GUY, 1976, *Crise du féodalisme*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- BOTTOMORE, TOM, 1985, *A dictionary of Marxist thought*, Oxford, Blackwell.
- CASTRO, ARMANDO, 1945, *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*, Coimbra, s/e.
- CASTRO, ARMANDO, 1947, *Introdução ao estudo da economia portuguesa*, Lisboa, Ed. Cosmos
- CASTRO, ARMANDO, 1948, *Origem e destino da teoria subjectiva do valor*, in *Revista de Economia*, vol. 1(3).
- CASTRO, ARMANDO, 1949, *A indústria nacional e a expansão do mercado interno*, in *Indústria Portuguesa*, nº 252.
- CASTRO, ARMANDO, 1952, *Algumas características da agricultura portuguesa encaradas na sua conexão com o mercado*, in *Revista de Economia*, vol. 5(4).
- CASTRO, ARMANDO, 1957, *A democracia como necessidade de sobrevivência nacional*, in *Teses do Congresso Republicano de Aveiro*, Aveiro, s/e.
- CASTRO, ARMANDO, 1960, *Algumas exigências económicas da reorganização industrial em face da integração económica europeia*, Lisboa, AIP.
- CASTRO, ARMANDO, 1964-80, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, Lisboa, Portugália Editora.
- CASTRO, ARMANDO, 1969, *Ensaio sobre cultura e história*, Porto, Editorial Inova.

- CASTRO, ARMANDO, 1970, *O que é a inflação (porque sobem os preços)*, Lisboa, Edições 70.
- CASTRO, ARMANDO, 1973, *A economia portuguesa do século XX, 1900/1925*, Lisboa, Edições 70.
- CASTRO, ARMANDO, 1975, *Nacionalização da banca e os problemas de momento da economia portuguesa*, in Partido Comunista Português, *Nacionalizações e controlo da produção*, Porto, PCP.
- CASTRO, ARMANDO, 1978a, *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CASTRO, ARMANDO, 1978b, *Importância da 'teoria dos mercados' para a compreensão da crise económico-política portuguesa*, in *EC-economia*, nº 17.
- CASTRO, ARMANDO, 1983, *Lições de Economia*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CASTRO, ARMANDO, 1986, *Lições de Economia II*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CASTRO, ARMANDO, 1987, *Teoria do sistema feudal e transição para o capitalismo em Portugal*, Lisboa, Ed. Caminho.
- CHAMBRE, HENRI, 1974, *L'évolution du marxisme soviétique*, Paris, Ed. du Seuil.
- CUNHAL, ÁLVARO, 1976, *Contribuição para o estudo da questão agrária*, Lisboa, Editorial Caminho.
- MADEIRA, JOÃO, 1996a, *Os engenheiros de almas*, Lisboa, Ed. Estampa.
- MADEIRA, JOÃO, 1996b, *O sector de Coimbra: os intelectuais e o Partido*, in *História*, nº 17.
- MENDES, JOSÉ AMADO, 1998, *A renovação da historiografia portuguesa*, in TORRALBA; MENDES; CATROGA, 1998.
- MENDONÇA, ANTÓNIO; BASTIEN, CARLOS; RIBEIRO, ELIVAN, 1988, *Entrevista com Armando Castro*, in *Vértice*, nº 4.
- MORAIS, BRUNO DE [PSEUDÓNIMO DE ARMANDO CASTRO], 1940, *A importância da electricidade*, in *Pensamento*, nº 156.
- PIMENTA, CARLOS, 2000, *Crítica e epistemologia*, in *Vértice*, nº 93.
- REIS, ANTÓNIO, 1979, *O marxismo e a revolução portuguesa*, Lisboa, Edições Portugal Socialista.
- RIBEIRO, ELIVAN, 1988, *Contributo para a teoria económica do sistema colonial – a partir das relações Portugal-Angola*, Lisboa, ISEG (policopiado).
- SOARES, RODRIGO [pseudónimo de Fernando Pinto Loureiro], 1947, *Por um novo humanismo*, Porto, Portugália.
- TORRALBA, LUIS REIS; MENDES, JOSÉ AMADO; CATROGA, FERNANDO, 1998, *História da História em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Temas & Debates.

Carlos Bastien
Instituto Superior de Economia e Gestão